



Proposta de Orçamento de Estado para 2026

Relatório das Despesas Climáticas

Índice

I.	Introdução e contexto das políticas climáticas	3
II.	Âmbito	4
III.	Análise das despesas climáticas (OE 2026)	5
III.1.	Despesas climáticas totais.....	5
III.2.	Despesas climáticas por Setor.....	7
III.3.	Despesas climáticas por pilar/programa do PEDS	8
IV.	Conclusões e recomendações	9
	Anexo 1 – Resumo da metodologia de CBT	11
	Anexo 2 – Mapa das Despesas Climáticas por Setor	14
	Anexo 3 – Mapa das Despesas Climáticas por Pilar/Programa do PEDS	15
	Anexo 4 – Acrónimos	16

Lista de Tabelas

Tabela 1- Despesas climáticas – por nível.....	6
Tabela 2 - Despesas climáticas por ministério (milhões de CVE).....	7
Tabela 3 - Despesas climáticas por domínio prioritário.....	8

Lista de Figuras

Figura 1 - Despesas Climáticas por domínio	6
Figura 2 - Despesas climáticas por setor (em %)	7

I. Introdução e contexto das políticas climáticas

Este Relatório do Orçamento Climático para o Orçamento de Estado de 2026 apresenta uma análise das despesas públicas relacionadas com o clima, incluindo mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Este relatório tem como objetivo aumentar a transparência e a responsabilização em relação aos engajamentos de Cabo Verde para enfrentar os desafios críticos colocados pelas mudanças climáticas. Apresenta assim, a alocação de recursos nos diferentes setores para implementar as políticas do Governo neste domínio.

Cabo Verde, como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEIDS), enfrenta uma grande vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas. A subida do nível do mar, o aumento da frequência e da intensidade de fenómenos meteorológicos extremos, a escassez de água e as ameaças aos ecossistemas marinhos representam riscos significativos para a economia, as infraestruturas e o bem-estar dos cidadãos do país.

Reconhecendo estas ameaças, o Governo de Cabo Verde integrou a ação climática como um pilar central da sua estratégia de desenvolvimento nacional. Este compromisso está refletido Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país no âmbito do Acordo de Paris, no Plano Nacional de Adaptação e em várias políticas nacionais destinadas a promover um futuro sustentável, resiliente e com baixo teor de carbono.

O Governo, no quadro das políticas visando fazer face às mudanças climáticas a serem implementadas no Orçamento de Estado para 2026 (OE 2026), dá prioridade a várias áreas estratégicas fundamentais, refletindo tanto as suas ambições de mitigação como as necessidades de adaptação. Assim, os principais domínios de ação incluem:

1. **Energias renováveis:** Acelerar a transição para fontes de energia 100% renováveis, principalmente solar e eólica, para reduzir as emissões de gases

- com efeito de estufa, aumentar a segurança energética e baixar a fatura da importação;
2. **Transportes sustentáveis:** Promover a adoção de veículos elétricos (VE) e investir nas infraestruturas de carregamento necessárias para descarbonizar o sector dos transportes, que contribui significativamente para as emissões nacionais;
 3. **Disponibilidade da água:** Aumentar a disponibilidade de água através de meios sustentáveis, nomeadamente através da expansão da capacidade de dessalinização alimentada por fontes de energia renováveis, abordando uma vulnerabilidade crítica no arquipélago;
 4. **Agricultura inteligente face ao clima:** Implementação de práticas e tecnologias que aumentem a resistência da agricultura aos impactos climáticos, como a seca e a degradação dos solos, melhorem a eficiência hídrica e reforcem a segurança alimentar; e
 5. **Gestão das Zonas Costeiras:** Proteger as comunidades e os ecossistemas costeiros vulneráveis através de investimentos em defesas costeiras, da recuperação de barreiras naturais e de um melhor planeamento e monitorização da zona costeira.

Este relatório detalha a forma como o OE 2026 está alinhado com estas prioridades, fornecendo uma avaliação quantitativa das despesas relacionadas com o clima efetuadas pelos principais ministérios sectoriais.

II. Âmbito

O exercício de marcação para OE 2026 abrange as despesas climáticas orçamentadas (tanto dos programas de investimento quanto dos programas finalísticos), dos seguintes ministérios: MICE, MAA, MS, MM, ME, MAI e MTT. Entretanto, desses ministérios objeto de marcação, apenas seis têm despesas climáticas, como se pode observar no Anexo 2.

Para identificar e classificar as despesas relevantes para o clima do OE2026, utilizou-se um sistema de Marcação Orçamental Climática (em inglês CBT) baseado na metodologia internacionalmente reconhecida da OCDE, adaptada ao contexto nacional. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em objetivos, avaliando os objetivos globais e específicos dos projetos orçamentais relativos à mitigação e adaptação às mudanças climáticas (ver o Anexo 1 para mais detalhes sobre a metodologia). O processo de marcação foi realizado pelos ministérios setoriais durante a fase de preparação do orçamento, com base na Fichas de projeto e demais documentação.

III. Análise das despesas climáticas (OE 2026)

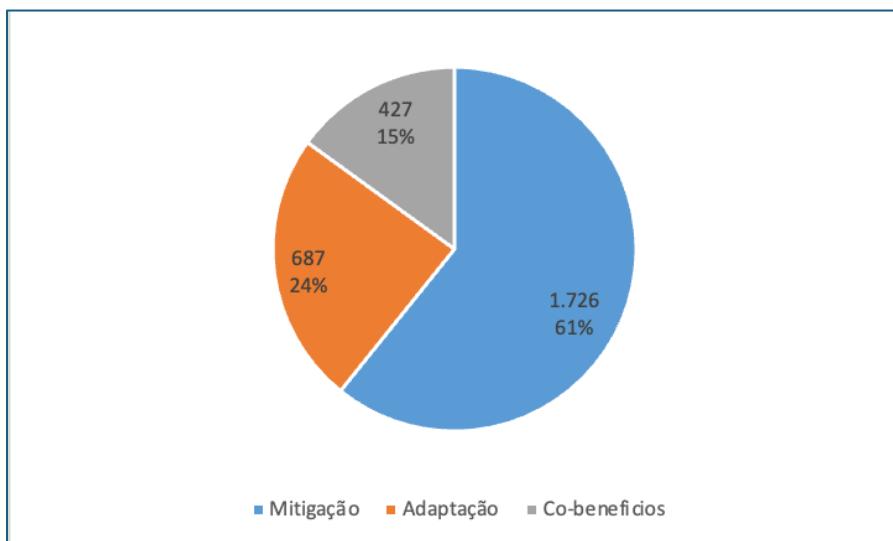
III.1. Despesas climáticas totais

Com base na marcação de projetos relevantes, o total orçamentado de despesas relevantes para o clima no âmbito do OE2026 ascende a 3.337,48 milhões de CVE, que representa aproximadamente 9,7% do total das despesas dos programas (de investimento e finalísticos) dos ministérios selecionados. Isto demonstra o compromisso do governo em integrar a ação climática na despesa pública.

Desse montante total, 1.726,21 milhões de CVE correspondem a despesas para mitigação, 1.152,12 milhões de CVE são despesas com a adaptação e 456,15 milhões de CVE para despesas em projetos que incorporam tanto a mitigação como a adaptação. A distribuição da despesa climática segue, em termos estruturais, a tendência internacional, com uma predominância de iniciativas de mitigação em termos de número de projetos e volume programado, conforme a *Climate Policy Initiative*¹. No entanto, destaca-se que, em Cabo Verde, a percentagem da despesa climática direcionada à adaptação é mais elevada do que a média observada noutros países comparáveis, refletindo uma maior priorização da resiliência face à elevada vulnerabilidade climática do país.

¹ <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2023/>

Figura 1 - Despesas Climáticas por domínio



Esta distribuição evidencia uma abordagem equilibrada, com investimentos significativos dirigidos tanto para ações específicas de mitigação como de adaptação, bem como para intervenções que visam tanto a mitigação com a adaptação, como se pode constatar da tabela seguinte:

Tabela 1- Despesas climáticas – por nível

Nível	Montante (em milhões CVE)	Em % do total
M3	1 623,46	48,64%
M2	48,80	1,46%
M1	53,96	1,62%
A3	111,96	3,35%
A2	918,99	27,54%
A1	121,17	3,63%
M2 A2	31,44	0,94%
M1 A1	1,75	0,05%
M2 A1	7,06	0,21%
M2 A3	340,82	10,21%
M1 A1	5,00	0,15%
M3 A2	24,09	0,72%
M1 A2	6,00	0,18%
M1 A1	3,86	0,12%
M1 A2	4,67	0,14%
M2 A2	1,80	0,05%
M1 A1	0,27	0,01%
M1 A2	32,40	0,97%
Total	3 337,48	100,0%

III.2. Despesas climáticas por Setor

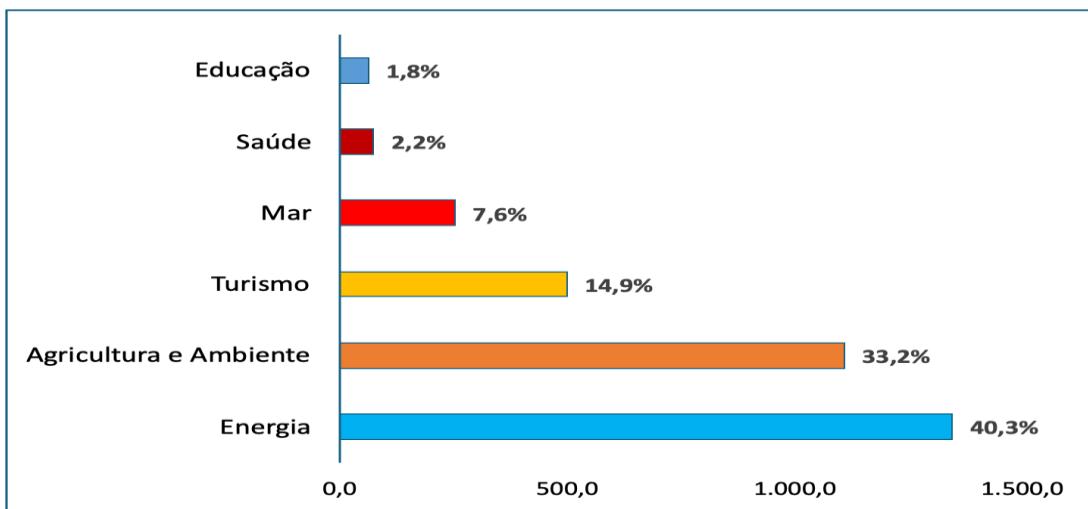
O exercício de marcação revela variações nas despesas relacionadas com o clima entre os ministérios selecionados, refletindo os seus mandatos e papéis distintos na implementação da agenda climática nacional.

A Tabela 1 e a Figura 2 resumem a despesa climática de cada ministério, contendo o Anexo 2 mais detalhes da desagregação da despesa climática por nível de marcação.

Tabela 2 - Despesas climáticas por ministério (milhões de CVE)

SECTOR	Mitigação	Adaptação	Mitigação / Adaptação	Total Despesas Climáticas	Em % das respetivas despesas
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	1 343,1	0,0	2,1	1 345,2	61,6%
AGRICULTURA E AMBIENTE	334,8	347,9	424,7	1 107,4	22,8%
TURISMO E TRANSPORTES	0,0	465,5	32,4	497,9	26,4%
MAR	0,0	252,1	0,0	252,1	12,4%
SAÚDE	48,0	25,6	0,0	73,6	0,7%
EDUCAÇÃO	0,3	61,0	0,0	61,2	0,5%
Total	1 726,2	1 152,1	459,1	3 337,5	9,7%

Figura 2 - Despesas climáticas por setor (em %)



O setor da Energia concentra a maior fatia das despesas climáticas identificadas, impulsionado, em grande medida, por investimentos em energias renováveis e iniciativas de

eficiência energética, alinhados com os compromissos de descarbonização e transição energética.

O setor da Água e Saneamento, seguido dos setores do Turismo e da Agricultura, representa igualmente uma parcela substancial da despesa climática, com predominância para ações de adaptação.

A estas áreas seguem-se investimentos relevantes nos setores da Economia Azul, Saúde e Educação, refletindo as necessidades de adaptação significativas nestes sectores.

III.3. Despesas climáticas por pilar/programa do PEDS

A análise do alinhamento das despesas com as prioridades climáticas nacionais fornece informações sobre a alocação estratégica de recursos. A Tabela 3 mostram a distribuição da despesa total com o clima pelos principais Pilares e Programas do PEDS, contendo o Anexo 3 mais detalhes da marcação por pilar/programa.

Tabela 3 - Despesas climáticas por domínio prioritário

PILAR	PROGRAMA	Montante (em milhões de CVE)
ECONOMIA	PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	1 343,11
	CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	497,93
	TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	485,87
	INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	163,79
	CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	128,40
	PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	21,67
AMBIENTE	CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	2,07
	Total Economia	2 642,83
	ÁGUA E SANEAMENTO	556,10
	AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	29,41
ESTADO SOCIAL	AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	26,53
	Total Ambiente	612,04
	DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	61,23
	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE	21,38
Total Estado Social		82,62
TOTAL GERAL		3 337,48

A análise indica um forte alinhamento entre as dotações orçamentais e as prioridades nacionais. As energias renováveis e os veículos elétricos, a água e saneamento, agricultura inteligente face ao clima, as infraestruturas modernas e seguras recebem financiamentos significativos identificados como relevantes para o clima.

Esta análise fornece uma base para monitorizar o progresso, identificar potenciais lacunas e orientar futuras decisões orçamentais para garantir o alinhamento contínuo do OE com os objetivos climáticos de Cabo Verde.

IV. Conclusões e recomendações

Este Relatório fornece uma visão geral de como os compromissos no domínio das mudanças climáticas estão a ser respaldados pela alocação de recursos públicos.

A aplicação da metodologia, adaptada, dos Marcadores do Rio demonstra que o Governo aloca dotações significativas para o clima, totalizando 3.337,48 milhões de CVE em todos os principais ministérios, demonstrando um claro alinhamento do orçamento com as prioridades climáticas declaradas pelo Governo, nos domínios de energia renovável, agricultura inteligente em termos de clima, gestão costeira, transporte sustentável e segurança da água através da dessalinização alimentada por energias renováveis.

A análise destaca uma carteira equilibrada de intervenções que visam a mitigação (1.726,21 milhões de CVE), a adaptação (1.152,12 milhões de CVE) e mitigação/adaptação (459,15 milhões de CVE).

Em suma, através de uma alocação estratégica de recursos está-se a reforçar e ampliar a nossa capacidade de resposta a desafios dinâmicos, a reduzir riscos sistémicos e implementar ações que fortalecem a nossa resiliência face às mudanças climáticas. Esse compromisso, expresso na proposta orçamental, agora submetida, evidencia não apenas a priorização de medidas preventivas e adaptativas, mas também consolida o engajamento com um modelo de desenvolvimento económico sustentável, práticas de gestão ambiental responsável.

Ao alinhar investimentos a metas de impacto socioambiental positivo, reforça-se a nossa responsabilidade com o bem-estar coletivo das populações e a saúde dos ecossistemas, garantindo que as gerações futuras herdem um legado de equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a conservação da natureza. Dessa forma, o orçamento reflete uma visão integrada, que prioriza não apenas resultados imediatos, mas a construção de bases duradouras para prosperidade compartilhada, harmonizando progresso socioeconómico e a integridade ambiental.

Por fim, sendo este o primeiro Relatório das Despesas Climáticas deve-se continuar a gradualmente estender a sua cobertura a fim de aumentar a sensibilização das diferentes partes interessadas e transformando-o numa ferramenta de monitorização em prol de uma governação climática eficaz e do planeamento do desenvolvimento sustentável, reforçando, em última análise, a resiliência da nação e acelerando a sua transição para um futuro de baixo carbono.

Anexo 1 – Resumo da metodologia de CBT

Finalidade e uso: O Guia de Marcação Orçamental Climática estabelece o procedimento padrão para identificar, classificar e quantificar, no Orçamento do Estado, as dotações e despesas com contributo para a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa e/ou para a adaptação às alterações climáticas. A metodologia assegura transparência, comparabilidade interanual e alinhamento com os instrumentos nacionais (PEDS II, NDC, NAP, LT-LEDS), permitindo o reporte consolidado da Despesa Climática que acompanha a proposta de orçamento.

Âmbito e cobertura: A marcação aplica-se a programas e projetos finalísticos e de investimento. Ficam excluídas as operações financeiras e os programas de gestão e apoio sem objetivo climático explícito. A cobertura é progressiva e extensível a todos os setores, priorizando inicialmente os com maior relevância climática.

Princípios de aplicação: (i) alinhamento com boas práticas internacionais (Marcadores do Rio/OCDE), (ii) consistência e proporcionalidade, (iii) rastreabilidade com base em evidências documentais, (iv) não duplicação entre entidades, (v) melhoria contínua do método e dos dados.

O que fazer (passos operacionais que o Guia orienta):

1. Identificar elegibilidade climática

- Ler o objetivo e os resultados esperados do programa/projeto;
- Verificar se há **objetivo climático explícito** e/ou **benefício climático mensurável** (redução de emissões, aumento de resiliência, redução de vulnerabilidades).

2. Classificar o tipo de contributo

- **Mitigação** quando a intervenção reduz/evita emissões ou aumenta remoções (p. ex., renováveis, eficiência energética, mobilidade sustentável, gestão de resíduos);

- **Adaptação** quando reduz vulnerabilidades ou aumenta resiliência (p. ex., gestão hídrica, proteção costeira, agricultura resiliente, saúde climática);
- **Misto** quando existirem objetivos de mitigação e adaptação ambos substantivos.

3. Atribuir o nível de relevância e coeficiente

- **Nível 3 – Principal (100%)**: objetivo climático principal e explícito;
- **Nível 2 – Significativo (40%)**: objetivo climático relevante, mas não principal, com outputs/resultados associados;
- **Nível 1 – Componentes limitadas (10%)**: benefícios climáticos secundários e circunscritos;
- **Nível 0 – Não relacionado (0%)**: ausência de objetivo/benefício climático demonstrável.

O **coeficiente** correspondente (100/40/10/0) multiplica a dotação para estimar a **parcela climática imputada**.

4. B. Regras de classificação (árvore de decisão sintética)

- **O objetivo principal** é climático e explícito? → **N3 (100%)**.
- **Há um objetivo específico climático relevante**, com outputs/resultados mensuráveis? → **N2 (40%)**.
- **Existem componentes limitadas com benefício climático?** → **N1 (10%)**.
- **Caso contrário** → **N0 (0%)**.

5. Registar a marcação na Ficha do Projeto

- Preencher **campos obrigatórios** (ver abaixo);
- Redigir **justificação técnica curta** (2–6 linhas) com referência ao objetivo(resultado climático);
- Anexar **evidências** (estratégias, estudos, EIA, projetos técnicos, termos de referência, etc.).

6. Validar e consolidar

- **Revisão setorial** pelos pontos focais (coerência interna e não duplicação);

- **Validação central** (DNPO/Orçamento) para garantir consistência metodológica;
- **Consolidação no sistema orçamental**, com cálculo automático da despesa climática imputada.

7. Reportar e monitorizar

- Agregar resultados por **ministério, tipo (Mit/Adap/Misto), nível (3/2/1), e domínio NDC/PEDS**;
- Integrar a análise no **Relatório das Despesas Climáticas**;
- Acompanhar a execução durante o ano e promover **revisões ex-post** e melhoria contínua.

8. Integração no ciclo orçamental

- **Planeamento e preparação**: marcação feita pelas equipas setoriais ao submeter as Fichas;
- **Negociação orçamental**: revisão de coerência e arbitragens metodológicas;
- **Orçamentação**: cálculo automático da **despesa climática**;
- **Execução e controlo**: monitorização e auditorias temáticas;
- **Prestação de contas**: publicação anual no Relatório das Despesas Climáticas.

9. Governação e garantia de qualidade (QA)

- **1.ª linha – Setores**: elaboração, autoverificação e manutenção da pista de evidências;
- **2.ª linha – SNAC/DNPOCP**: validação metodológica, consistência transversal e gestão de casos “Mistas”;
- **3.ª linha – Auditoria/Avaliação (IGF/TdC/entidade independentes)**: revisões ex-post, amostragem baseada em risco (valores elevados, N3/N2, Mistos) e recomendações de melhoria

Anexo 2 – Mapa das Despesas Climáticas por Setor



Orçamento 2026

Mapa XVII - Orçamento Sensível ao Clima por Orgânica

Orgânica	Total Orçamento	Mitigação				Adaptação				Mitigação / Adaptação	Despesas Climáticas
		M3	M2	M1	Total	A3	A2	A1	Total		
OSOB - Presidência Da República	251,337,404	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Assembleia Nacional	1,527,305,637	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Tribunal Constitucional	79,175,898	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Supremo Tribunal De Justiça	80,012,294	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Procuradoria Geral Da República	105,570,245	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Tribunal De Contas	173,508,885	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial	990,543,176	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Conselho Superior Do Ministério Público	500,528,486	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro	225,956,691	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHGOV - Gabinete Do Vice Primeiro Ministro	19,566,340	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHGOV - Ministro Dos Assuntos Parlamentares e da Presidencia Conselho Ministro	310,437,256	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHGOV - Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto	726,986,948	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Das Finanças	29,419,401,386	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Economia Digital	175,523,533	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social	4,264,254,177	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Defesa Nacional	2,080,410,363	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Coesão Territorial	62,515,019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional	2,376,259,575	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Das Comunidades	78,569,751	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Promoção De Investimentos E Fomento Empresarial	1,808,323,190	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Administração Interna	6,542,729,699	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Justiça	3,719,040,408	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Modernização Do Estado E Da Administração Pública	294,454,728	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Educação	13,166,865,216	279,623	0	0	279,623	60,265,167	687,850	0	60,952,817	0	61,232,440
GOV - Ministério Da Saúde	11,520,671,023	0	48,000,000	0	48,000,000	0	25,575,042	0	25,575,042	0	73,575,042
GOV - Ministério Da Cultura e das Indústrias Criativas	647,172,691	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Do Turismo E Transportes	2,070,299,054	0	0	0	0	0	453,257,028	12,272,160	465,529,188	32,400,000	497,929,188
Gov - Ministério Do Mar	2,186,073,022	0	0	0	0	1,852,914	249,953,834	339,185	252,145,934	0	252,145,934
GOV - Ministério Da Agricultura e Ambiente	5,200,350,050	334,827,359	0	0	334,827,359	49,845,498	189,516,998	108,557,890	347,920,174	424,682,049	1,107,429,582
GOV - Ministério Da Indústria, Comércio E Energia	2,341,905,777	1,288,350,448	800,000	53,956,825	1,343,107,273	0	0	0	0	2,065,070	1,345,172,342
GOV - Ministério Das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação	3,685,708,270	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Comissão De Recenseamento Eleitoral	63,631,548	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Anexo 3 – Mapa das Despesas Climáticas por Pilar/Programa do PEDS



Orçamento 2026

Mapa XVII - Orçamento Sensível ao Clima por Pilar e Programa

Pilar / Programa	Mitigação				Adaptação				Mitigação / Adaptação	Despesas Climáticas	Total Orçamento
	M3	M2	M1	Total	A3	A2	A1	Total			
Total	1,623,457,430	48,800,000	53,956,825	1,726,214,255	111,963,567	918,390,552	121,169,035	1,152,123,154	459,147,119	1,337,484,527	95,675,087,736
AMBIENTE	334,827,359	0	0	334,827,359	17,195,486	116,067,092	89,179,209	222,441,787	54,771,892	612,041,038	3,482,579,111
AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEOFUNDOS	7,650,000	0	0	7,650,000	0	8,200,000	825,000	9,025,000	9,858,309	26,533,309	778,545,650
AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	0	0	0	0	17,195,486	7,542,982	0	24,738,468	4,668,218	29,406,686	579,406,604
ÁGUA E SANEAMENTO	327,177,359	0	0	327,177,359	0	100,324,110	88,354,209	188,678,319	40,245,365	566,101,043	2,124,626,857
ECONOMIA	1,288,350,448	48,800,000	53,956,825	1,343,107,273	34,502,914	780,852,056	31,989,826	847,344,796	404,375,227	2,642,827,295	12,568,614,647
CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	78,430,547
CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	0	0	0	0	0	0	0	0	2,065,070	2,065,070	142,768,532
CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INovaÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	514,620,416
CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	454,694,489
CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	0	0	0	0	0	453,257,028	12,272,160	465,529,188	32,400,000	497,929,188	1,977,947,343
CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	0	0	0	0	0	128,397,125	0	128,397,125	0	128,397,125	1,555,880,670
DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	364,784,372
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	110,847,384
INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	0	48,000,000	0	48,000,000	0	115,789,850	0	115,789,850	0	163,789,850	3,417,781,486
PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	0	0	0	0	1,852,914	9,958,148	9,855,666	21,666,727	0	21,666,727	499,097,739
PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	1,288,350,448	800,000	53,956,825	1,343,107,273	0	0	0	0	0	1,343,107,273	1,829,918,686
PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	282,303,939
TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	0	0	0	0	32,650,000	73,449,906	9,862,000	115,981,908	369,910,157	485,872,063	1,329,550,038
ESTADO SOCIAL	279,623	0	0	279,623	60,265,167	22,071,404	0	82,336,571	0	82,616,194	62,794,181,673
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	279,623	0	0	279,623	60,265,167	687,650	0	60,952,617	0	61,232,440	13,212,827,560
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE	0	0	0	0	0	21,383,754	0	21,383,754	0	21,383,754	9,890,854,305
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19,582,857,396
HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6,807,022,798
PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	184,001,472
PROTEÇÃO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13,116,618,142
SOBERANIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16,829,712,305
DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,081,150,487
DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	90,580,403
GOVERNANÇA E DEMOCRACIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,165,026,055
JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,062,772,203
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	976,657,725
REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,452,607,432

Anexo 4 – Acrónimos

CBT	Marcação Orçamental Climática
IGF	Inspeção Geral das Finanças
LT-LEDS	Estratégia de Desenvolvimento de Baixa Carbono a Longo Prazo
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MICE	Ministério da Indústria, Comércio e Energia
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MM	Ministério do Mar
MS	Ministério da saúde
MTT	Ministério do Turismo e Transportes
NAP	Plano Nacional de Adaptação
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento de Estado
PEDS II	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026
PEIDS	Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
TdC	Tribunal de Contas
VE	Veículos Elétricos